



Filosofia da Linguagem e Teoria Social em Noam Chomsky

Leonardo Borges Reis¹
CAPES

Resumo:

O presente trabalho procura investigar as concepções políticas da filosofia da linguagem de Noam Chomsky. Através da construção do conceito de natureza humana, desenvolvido pelo lingüista (modelo sugestivo), há uma importante mediação entre linguagem e política. A metodologia de Chomsky constitui um vigoroso esforço para construir a mediação da ação humana com os temas do socialismo e liberdade. A ‘natureza humana’ pode ser espelhada, por exemplo, na análise do comportamento humano através da teoria da aprendizagem TA (H, D), cuja realização específica inclui o domínio da linguagem. A linguagem, ligada ao conhecimento humano, espelha “propriedades essenciais do espírito”. A reflexão epistemológica suscitada pela análise da linguagem, apesar de seus contrapontos técnicos, a exemplo da ciência lingüística, alimenta uma abrangência filosófica que se ramifica nos campos da ética, da filosofia política e estética, chegando até mesmo a uma teoria social. Assim, Chomsky propõe um princípio auto-realizador criativo inerente à espécie.

Palavras-chave: Filosofia da linguagem. Natureza humana. Teoria social. Noam Chomsky.

Abstract:

This work attempts to investigate the political concepts of Noam Chomsky’s philosophy of language. Through the construction of human nature’s concept developed by that linguist (suggested model), there is an important mediation between language and politics. The Chomsky’s methodology is a vigorous effort to build the mediation of human action with the themes of freedom and socialism. The “human nature” can be reflected, for example, on the analysis of human behavior through learning theory LT (H, D), which specific realization includes the domain of the language. The language linked to human knowledge reflects “the essential properties of the spirit”. The epistemological reflection raised by the analysis of language, despite its technical counterpoints, such as the linguistic science, feeds a philosophical range with ramifications in the fields of ethics, political philosophy and aesthetics, even coming to a social theory. Thus, Chomsky proposes a principle of creative self-realization as inherent to the species.

Keywords: Philosophy of Language. Human nature. Social theory. Noam Chomsky.

As relações entre os tópicos de filosofia da linguagem e teoria social surgem de maneira intrincada no pensamento do americano Noam Chomsky. Muitos comentam qualificando tais pontos como obscuros, ou ainda, enigmáticos². Noam é reconhecido internacionalmente como um ativista da nova esquerda, pelo menos desde os anos 60,

¹ Mestrando do programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília. Orientador: Prof^o Dr. Ricardo Monteagudo. Email: leonardborges@bol.com.br.

² KIGNT, Chris. (2004). **Decoding Chomsky**. *European Review* 12 (4): 581-603.



pela sua postura de resistência à política externa do seu país (sabemos também que já nessa época ele se tornara um “revolucionário” na ciência lingüística). A guerra do Vietnã é o cenário político de origem das suas análises sociais e, para explicar os rumos das políticas intervencionistas dos ianques, o lingüista concentrou sua atenção nos meios de comunicação de massa, produzindo um substancial conjunto de comentários a propósito da construção das “verdades oficiais”.

Junto à atividade de ativista social, Chomsky também é responsável por uma das mais notáveis criações da lingüística teórica do século XX: a Gramática Gerativa. Por meio dela foi introduzida a idéia de que a linguagem humana se assenta sobre a manifestação de estruturas cognitivas universais, que torna possível a aprendizagem de sistemas particulares de línguas. A manifestação da linguagem dependeria, dessa forma, do estímulo do contexto lingüístico e do emprego de estruturas universais, subjacentes à espécie humana.

Um primeiro olhar sobre a produção intelectual de Chomsky releva sua magnitude, e tal amplitude oferece até mesmo ao investigador mais treinado sérias dificuldades. Para dificultar ainda mais, como geralmente se sabe, há muito tempo é reconhecida pelo autor certa clivagem entre a obra de ativista e de cientista da linguagem³. Contudo, com um olhar aguçado, encontraremos breves incursões do autor no campo de uma teoria social⁴ baseada num modelo de natureza humana. Tal movimento terá uma rápida, mas profunda relação com a análise da linguagem. Em algumas obras como *Linguagem e política*, *Problemas do conhecimento e da liberdade*, *Linguagem e Responsabilidade*, entre outras, Chomsky faz alusão à possibilidade de construção de uma análise política inspirada na natureza humana. Tal natureza encontraria ancoragem na análise de fatos da linguagem ordinária.

Contudo, raramente encontramos abordagens que tentem considerar essas relações entre os estudos da linguagem e seus aspectos políticos⁵. Entre as razões desse descaso, podemos nomear a própria dificuldade que o tema impõe, pois Chomsky, como veremos, tece seus comentários ordenadamente entre *linguagem* e política, e nunca

³ Cf. CHOMSKY, Noam. **Linguagem e responsabilidade**. São Paulo: JSN, 2007.

⁴ Cf. CHOMSKY, Noam & FOUCAULT, Michel. **Debate on the human nature**. New York: New Press, 2006.

⁵ Segundo Barsky, “embora seu trabalho lingüístico tenha sido razoavelmente bem coberto (a despeito das fragilidades de muitos estudos históricos), há uma quantidade pequena de comentários disponíveis sobre a formação política de Chomsky e sua contribuição para a teoria política.” (BARKSKY, p. 18, 2005).



entre *lingüística* e política. Ao mesmo tempo, pode-se indicar como causa dessa ‘nebulosidade’ a relativa escassez de pesquisas que tentam detalhar o procedimento filosófico de Chomsky no estudo da linguagem em seus aspectos mais gerais, provenientes do comportamento humano.

Tendo em vista a “clivagem” (política e linguagem), pretendemos, com esse artigo, apontar os elementos da articulação entre os estudos da linguagem e de teoria social em Chomsky. Para tal empresa, procuramos acentuar, precisamente, a *condição epistemológica* elaborada pelo autor para a congruência dos temas em questão. É válido lembrar que a obra do lingüista apresenta um contorno extremamente heterogêneo, por essa razão não ambicionamos que nossa leitura demarque um ponto final sobre o assunto, não temos condições de chegar a um arbitramento que indique um “sistema” (no sentido hegeliano, por exemplo) nas idéias de Chomsky. Por essa razão, a abordagem da clivagem entre linguagem e política assenta-se sobre considerações *condicionais*, que envolvem a natureza do conhecimento.

O principal obstáculo para o estabelecimento de ligações entre a teoria social e o estudo da linguagem está na dimensão da investigação lingüística, mais precisamente, em seu produto, a estrutura lingüística. Segundo o autor:

Se há conexão é em nível abstrato. Não disponho de acesso a métodos incomuns de análise, e qualquer conhecimento especial que tenha relativo à linguagem não tem correspondência imediata com temas sociais ou políticos [...] Não há ligações diretas entre minhas atividades políticas, nas quais incluo meus textos e outras ações, e o trabalho que faço referente à estrutura da linguagem, *embora de certa forma tudo talvez derive de concepções e atitudes comuns sobre aspectos básicos da natureza humana*. (CHOMSKY, 2007, p. 13, grifo nosso).

Tal contenção, colocada no centro dos estudos da estrutura da linguagem, oferece-nos, aparentemente, motivos suficientes para o abandono das reflexões em torno de uma teoria social no campo da linguagem. Todavia, não é esse o caminho escolhido por Chomsky⁶. Mesmo com impasses, há um interstício, uma fresta para a reflexão

⁶ Nossa afirmação da existência de relações entre o pensamento político e social de Chomsky e sua abordagem da linguagem não é desprovida de fundamento. Há relações contundentes, porém condicionadas, expostas nas obras do autor. Além disso, vários são os comentaristas preocupados em entender esse aspecto da obra chomskiana. Robert Barsky aponta que a investigação racionalista da lingüística Cartesiana “[...] é essencial para entender a posição de Chomsky sobre a natureza humana, a



política e social através da observação da linguagem. Essa possibilidade irrompe no mesmo trecho em questão e refere-se à probabilidade de que “tudo talvez derive” dos “aspectos básicos da natureza humana”.

Para avaliarmos a extensão dessa ‘fresta’, podemos recorrer ao livro *Reflexões sobre a Linguagem (Reflections on Language)*, publicado em 1975. No prefácio desta obra, Chomsky diz: “Estas considerações sobre o estudo da linguagem serão, na sua maioria, não técnicas e assumirão um caráter de certo modo especulativo e pessoal.” (CHOMSKY, 1976, p. 09)⁷.

O autor, no trecho, aspira a um lugar para o estudo da linguagem que ultrapasse aquele consagrado ao estudo *técnico* encontrado na lingüística. Logo à frente, com mais detalhes, Chomsky nos esclarece qual a intenção de um estudo da linguagem efetuado por meio de uma abordagem não técnica:

Pelo contrário, prefiro analisar as características e os objetivos desse estudo, perguntar – e, segundo espero, explicar - até que ponto os resultados obtidos na lingüística técnica podem interessar alguém que não se sinta *a priori* atraído pela relação que existe entre a formação interrogativa e a anáfora [...] (CHOMSKY, 1976, p. 09).

Com essas citações já podemos notar que há diferenças de abordagem no estudo dos fenômenos da linguagem. Devido ao grau técnico das análises, a linguagem estudada pela lingüística oferece, aparentemente, pouco interesse àqueles que não sejam versados nessa disciplina científica. Pois, de fato, como a estrutura de formação de frases interrogativas ou a anáfora poderiam interessar outros campos intelectuais? É por essa contraposição que Chomsky propõe em seu livro explicar “até que ponto” a leitura da lingüística pode interessar a outros ramos intelectuais.

Existe, desta forma, a possibilidade de aproximação dos temas da linguagem com os assuntos sociais e políticos, como existe, ao mesmo tempo, distância desses em relação à lingüística, no que tange aos estudos específicos sobre a estrutura da linguagem. Ou seja, a estrutura lingüística, inata, não possui origem na sociedade.

linguagem e até mesmo a política.” (BARSKY, 2005, p. 139). Ainda temos, no mesmo sentido, a declaração de Lyons: “[...] deve, talvez, merecer referência enfática a circunstância de que sua teoria da linguagem e sua filosofia política não estão de modo algum desligadas uma da outra, como poderia parecer à primeira vista.” (LYONS, 1970, p. 15).

⁷ É preciso acentuar que o tom pessoal não indica trivialidade, pois tal estudo pode se desenvolver de um “modo adequado”, apesar de não técnico, ou seja, nem toda demonstração com validade teórica está sujeita a relações puramente técnicas.



Porém, o conjunto do conhecimento lingüístico, nessa arena, revela algo da natureza inerente ao homem. Podemos dizer, metaforicamente, que essas reflexões orbitam o planeta da lingüística, mas não o compõe propriamente. Utilizaremos, assim, a idéia de “recinto” com o intuito de ressaltar justamente as diferenças entre a lingüística e as *reflexões sobre a linguagem*, a qual possui um ‘caráter intelectual mais vasto’ em relação aos estudos técnicos.

A separação por recintos é o que caracteriza diferentes problemas e abordagens de conhecimento, cada recinto engloba um gênero de abordagem: por exemplo, há o recinto da abordagem da lingüística como ciência técnica/dura. Para ultrapassarmos os recintos, só mesmo através de portas de acesso. Essa ‘porta’ é nosso alvo no pensamento de Chomsky. Através disso esperamos entender como ultrapassar a observação do recinto lingüístico até chegarmos à teoria social, ou ainda, esperamos identificar aí a ligação entre o centro e a órbita.

Se formos capazes de entender esses ‘recintos’ e suas delimitações, teremos então adquirido alguma elucidação sobre a relação entre a teoria social e os estudos da linguagem. Essa questão, como vimos - e não custa enfatizar - está exposta logo no prefácio de *Reflections*, no qual Chomsky nos indica a possibilidade de uma abordagem não técnica da linguagem, um recinto, por assim dizer, onde podemos encontrar uma série de questões não triviais, referentes à linguagem, porém, de maneira não técnica, como temos na ciência lingüística.

Mas se existem portas de comunicação entre recintos, quais seriam aquelas entre as reflexões da linguagem e da política? Como notamos, uma dessas passagens (fresta) está na mediação com a natureza humana. É nesse ponto que a observação da linguagem converge para temas políticos e sociais. O livro *Reflections* dedica-se justamente a este quadro mais vasto, onde há um empreendimento filosófico sobre o objeto linguagem e que ultrapassa temas técnicos, nos levando a outras matérias de interesse mais abrangente:

Esboçarei o que me parece ser um esquema adequado no qual o estudo da linguagem possa provar ter um interesse intelectual mais vasto e considerarei as *possibilidades de construir uma teoria da natureza humana baseada num modelo deste gênero*. (CHOMSKY, 1976, p. 09, grifo nosso).⁸

⁸ Nesse ponto, o autor põe em consideração a possibilidade de construir uma teoria da natureza humana. Ou seja, não é dito (ainda) se a abordagem da natureza humana é ou não científica e, em que sentido poderia sê-lo, pois é precisamente essa a questão posta em causa no capítulo 3 de *Reflections*. Qual a



Uma teoria da natureza humana, portanto, pode exceder o recinto do estudo técnico da linguagem, dando sentido a um arranjo de reflexões de ordem moral, política e estética. Vejamos como uma “abordagem genérica” das capacidades cognitivas humanas aponta para essa disposição de idéias, dessa maneira, intercambiáveis com outros campos intelectuais.

Chomsky seleciona capacidades criativas excepcionais ao observar a linguagem humana, cuja dimensão encerra respostas e intuições que estão além do controle da experiência imediata. A linguagem é a manifestação, de modo mais geral, de estruturas cognitivas complexas, e essas estruturas nos indicam que: “Ao estudarmos as particularidades das línguas naturais, sua estrutura, organização e utilização, podemos esperar obter algum conhecimento das características específicas da inteligência humana” (CHOMSKY, 1976, p. 10). Com tal perspectiva, podemos chegar ao “interesse intelectual mais vasto”, pois:

Podemos esperar aprender algo sobre a natureza humana; algo significativo, se de fato [a linguagem] é verdadeiramente representativa e a mais notável característica das espécies. Notemos ainda que não é despropositado supor que o estudo desta realização humana – a capacidade de falar e compreender uma língua - pode servir de modelo sugestivo de investigação noutros domínios da intuição e ação humanas que não se apresentam tão convidativos à observação direta. (CHOMSKY, 1976, p. 11).

Há, portanto, um ‘modelo sugestivo’ extraído do estudo da linguagem referente à realização da inteligência humana. Da apreciação da capacidade de linguagem, espera-se extrair algo sobre a natureza humana, suas habilidades e potencialidades, e, desse modo, investigar outros domínios da ação, espelhando-se nessa natureza. Acentua Chomsky que essa análise não é direta, como na determinação de uma estrutura lingüística.

Através da capacidade humana para a linguagem encontram-se reunidos exemplos gerais do que se pode esperar para o restante das capacidades cognitivas. Temos, dessa maneira, a passagem “genérica” das observações sobre a linguagem (intuições e competências) para a capacidade cognitiva humana geral e, dessa

resposta a esta consideração? Ela é essencial para situarmos a clivagem de Chomsky, a resposta se seguirá na análise do livro, presente nesse artigo.



capacidade, alçamos, em seguida, a esfera da ação humana como expressão da *human nature*:

Cada gramática é uma teoria duma determinada língua, especificando propriedades formais e semânticas de um número infinito de frases. Essas frases, cada qual com a sua estrutura própria, constituem a língua gerada pela gramática. As línguas assim elaboradas são as que podem ser ‘aprendidas’ de modo usual. A faculdade de linguagem, ao ser estimulada adequadamente, construirá uma gramática; as pessoas conhecem a língua gerada pela gramática construída. Este conhecimento pode ser então usado na compreensão do que se ouve e na produção da fala como expressão do pensamento, dentro das limitações dos princípios interiorizados, de modo adequado às situações, sendo estas concebidas por outras faculdades mentais, livre do controle de estímulos. *Problemas relacionados com a capacidade de linguagem e a sua utilização são os que, pelo menos para mim, dão ao estudo técnico da linguagem um interesse intelectual mais vasto.* (CHOMSKY, 1976, p. 19, grifo nosso).

Contemplamos, portanto, a postulação de um ‘esquematismo inicial’ atribuído ao espírito humano que nos indica uma *faculdade de linguagem*. Conforme o estímulo recebido, tal faculdade gerará diferentes línguas (gramáticas particulares), que podem, a partir de então, ser assimiladas. A teoria da gramática universal (GU) corresponde ao “conhecimento” geral utilizado para pensar e produzir a fala em diferentes línguas. Esse conhecimento não é diretamente acessível à introspecção (como pensava o cartesianismo clássico), pois é inconsciente e involuntário, constituindo parte do esquematismo que carregamos como espécie. A análise e a determinação das estruturas específicas da GU podem servir de apoio (modelo) para a reflexão sobre os problemas relacionados à capacidade de linguagem (os chamados *problemas do conhecimento*).

As considerações de Chomsky sobre as notáveis intuições humanas no campo da linguagem revelam uma arena propícia à investigação “cartesiana”. Essa perspectiva parte da idéia da existência de uma organização complexa, reguladora da experiência lingüística, tal postura aponta a necessidade de uma “condição prévia” arraigada ao espírito: “A pressuposição geral da lingüística cartesiana é que os princípios da linguagem e da lógica natural são conhecidos inconscientemente, sendo em grande parte condição prévia da aquisição da linguagem, mais do que uma questão de «instituição» ou «treinamento».” (CHOMSKY, 1971, p. 79).

A percepção e a produção da fala compõem-se numa uniformidade, e podemos atribuir a tal uniformidade a esfera de uma visão geral sobre a natureza humana, com ela,



uma reflexão do lugar do homem no mundo e do que se espera desse, dadas suas características essenciais de produção e desenvolvimento, no conhecimento da linguagem.

Segue-se, pois que tanto os mecanismos perceptivos quanto os mecanismos de produção da palavra devem empregar o sistema subjacente de regras gerativas. É por causa da virtual identidade deste sistema subjacente na pessoa que fala e na que ouve, que pode se dar a comunicação, sendo a participação em um sistema gerativo subjacente atribuível, em última instância, à uniformidade da natureza humana. (CHOMSKY, 1976, p. 84).

Uma teoria da aprendizagem humana (TA), dessa forma, deve levar em consideração quais são aqueles ‘conhecimentos’ reguladores da experiência lingüística presentes na faculdade de linguagem. Tal ‘conhecimento’ exprime-se por respostas inconscientes obtidas por diferentes intuições. A verificação de uma intuição qualquer - que transcende o treinamento lingüístico - envolve o que é chamado *domínio de conhecimento* (D) dos humanos (H). Uma Teoria da aprendizagem humana abarca vários desses domínios TA(H,Ds) que correspondem a *faculdades do espírito* inatas.

Entre os vários domínios do “conhecimento” humano, encontramos aqueles vinculados à linguagem. A teorização do conjunto desses domínios na linguagem envolve a elaboração da Gramática Universal (GU), que é um subproduto da Teoria da aprendizagem humana, ou seja, uma teoria da aprendizagem humana para o domínio da linguagem corresponde a TA(H,L):

Definamos ‘gramática universal’ GU com o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a GU pode ser considerada como exprimindo a ‘essência da linguagem humana’. A GU será invariável para todos os seres humanos. A GU especificará o que a aprendizagem duma língua deve realizar, se for bem sucedida. A GU será, pois, um componente significativo de TA (H,L). O que se aprende, a estrutura cognitiva alcançada, deverá ter as características da GU, embora possua também outras características, que constituirão as características acidentais. Toda linguagem humana deverá submeter-se à GU; as línguas diferem umas das outras pelas características acidentais. Se construíssemos uma língua violando a GU, chegaríamos à conclusão de que não poderia ser aprendida a TA(H,L), isto é, não poderia ser aprendida em condições normais de



acesso e contato com os elementos da experiência. (CHOMSKY, 1976, p. 36).

Chomsky nos diz que há de se complicar tal ‘hipótese das idéias inatas’, presente na GU, e tomando-a de maneira mais completa, teríamos:

Uma interpretação mais completa da hipótese das idéias inatas dos seres humanos especificará vários domínios pertencentes à capacidade cognitiva, à faculdade do espírito TA(H,D) para cada um desses domínios D, às relações entre essas faculdades, aos seus modos de maturação e às suas interações através do tempo. (CHOMSKY, p. 43).

A GU é uma abordagem relacionada à ‘hipótese das idéias inatas’, em que a teoria lingüística é elaborada a partir do *princípio de intervenção de conceitos básicos na experiência*. Os teoremas da GU são sua teoria, e esta teoria é incorporada na TA(H,D).

A teoria lingüística apresenta várias especificações e regras para o conhecimento da linguagem, a TA(H,D) é apenas um campo de abstração geral de onde retiramos os pressupostos para a investigação técnica da lingüística. Uma abordagem mais “completa” da hipótese das idéias inatas pode incluir vários domínios originados na capacidade cognitiva humana. Assim, *por princípio*, podemos estabelecer a faculdade cognitiva TA(H,D) para cada domínio D. Paralelamente à faculdade da linguagem, por exemplo, está a *faculdade do senso comum*, própria desse sistema como um gênero natural de organização. É aí que podemos encontrar espaço para a teoria social, segundo Chomsky:

Uma hipótese genérica de ‘idéias inatas’ incluirá também princípios que se baseiam no lugar e papel das pessoas num mundo social, natureza e condições de trabalho, estrutura e ação humana, vontade e opção etc. Estes sistemas serão, na sua maior parte, inconscientes e nem mesmo uma introspecção consciente os tornaria perceptíveis. Para um estudo mais específico, poder-se-ia também tentar isolar as características envolvidas na resolução de problemas, formação do conhecimento científico, criação e expressão artísticas, distrações e tudo o que se apresente como constituindo as categorias adequadas são estudos da capacidade cognitiva e, conseqüentemente, da atividade humana. (CHOMSKY, 1976, p. 42).

Uma das propriedades essenciais da linguagem, o aspecto criativo do uso da linguagem (ACL), exprime a liberdade de elaboração de pensamentos frente ao controle



dos estímulos presentes na comunicação humana. Não somos, destarte, simplesmente alvo do condicionamento verbal:

[...] o problema proposto pelo aspecto criador do uso da linguagem está no fato de que a linguagem humana, sendo livre do controle por estímulos identificáveis externos ou estados fisiológicos internos, pode servir como instrumento geral de pensamento e autoexpressão, em vez de ser meramente dispositivo para a comunicação de uma informação, uma exigência ou uma ordem. (CHOMSKY, 1976, p. 22).

As propriedades estipuladas para a capacidade cognitiva humana (como ACL) são produto de uma *abstração racional generalizada* da **TA(H,D)**, enquanto que as regras específicas da intuição lingüística, como a dependência estrutural (DE)⁹, incluem-se numa constatação da lingüística técnica **TA(H,L)**.

Os fatos da lingüística, assim como quaisquer regras da gramática de esquema inicial, apresentam *capacidades específicas* do domínio cognitivo humano. As estruturas cognitivas (ECs) do domínio específico da TA(H,L) são criadas dentro de uma *capacidade cognitiva*, porém só a investigação “poderá, pois, conduzir-nos a TA(H, D)s não triviais para D assim selecionado” (CHOMSKY, 1976, p. 28). Ou seja, a lingüística avança em um domínio específico do conhecimento humano, revelando os elementos desse domínio. Qualquer TA(H,D) deverá avançar somente se submetida a uma investigação rigorosa, a TA (H,L) é uma dessas investigações com *status* demonstrativo rigoroso, porém, a reflexão social que surge da TA(H,D) não possui o mesmo aprofundamento de uma estrutura lingüística presente em TA(H,L).

A possibilidade da construção de uma *abstração racional generalizada* é a realização de uma Teoria da aprendizagem humana e seus pressupostos.

Suponhamos que para um determinado organismo O, conseguíamos aprender algo da sua capacidade cognitiva, desenvolvendo um sistema de TA(O,D)s para várias escolhas de D com as características gerais esquematizadas anteriormente. Teríamos, então, chegado a uma teoria do espírito de O. [...] como a capacidade inata que O tem de construir estruturas cognitivas, isto é, de aprender. (CHOMSKY, 1976, p. 28).

⁹ A dependência da estrutura é uma típica variedade de Gramática sintagmática que indica uma regra de reescrita fundamental, SV - V + SN (verbo + sintagma nominal), SN só poderá ser reescrito depois de V, pois essa é uma regra de *constituição do sintagma verbal*.



O que temos diante da especificidade das ECs lingüísticas não pode ser generalizado para outros recintos, quando há aqui uma constatação técnica. Porém, a análise que podemos tomar dos elementos da TA(H,L) indica um campo geral da ação de uma TA(H,D). Percebemos, pela análise indireta das características da linguagem e do conhecimento, a relação possível com outros temas intelectuais da realização humana. Para uma teoria qualitativa, só podemos chegar a um domínio específico de conhecimento se este pressupõe razoavelmente uma Teoria geral da aprendizagem.

Logo, Chomsky nos diz que há de se complicar a ‘hipótese das idéias inatas’, tomando-a de maneira mais completa, de tal modo o estudo da linguagem motiva ecos na constituição do conceito de ‘caráter da espécie’ ou ‘natureza humana’. Tal conceito, porém é muitas vezes negligenciado pelos leitores da obra chomskiana. Apesar de estar sob a órbita da lingüística, torna-se central para entendermos o funcionamento do trabalho metodológico em questão.

O conceito de ‘natureza humana’ pode ser espelhado, por exemplo, na análise do comportamento humano pela TA(H,D), cuja realização específica inclui o domínio da linguagem TA(H,L). E a linguagem como um ramo distintamente ligado ao conhecimento humano espelha “propriedades essenciais do espírito”. A reflexão epistemológica suscitada na análise da linguagem, apesar de seus contrapontos técnicos - a exemplo da ciência lingüística - alimenta uma abrangência filosófica que se ramifica nos campos da ética, da filosofia política, da estética etc, chegando até mesmo a uma teoria social.

Quando damos relevo aos diferentes patamares dessa abrangência a que nos leva a lingüística cartesiana, revelamos uma tipologia de conhecimentos entre os quais estão a reflexão filosófica (ou *genérica*) e a científica/técnica (específica da lingüística). O entendimento dessa *razoabilidade* envolvida na epistemologia da linguagem, em Chomsky, parece-nos, afinal, o ponto crucial para o esclarecimento de uma parcela das obscuridades que envolvem sua filosofia da linguagem e a constituição da teoria social.

Natureza humana e ordem social

Estabelecida a idéia da organização mental humana em sua forma geral TA(H,D), temos, na linguagem, um dos seus produtos, o “espelho do espírito”.



As condições da ação humana no mundo estão vinculadas à capacidade de entender e produzir a fala e, se essa atividade não é uma mera reprodução mecânica do que nos é ensinado, Chomsky propõe:

[...] então que este conhecimento instintivo ou, se quiser, este esquematismo que permite derivar um sistema complexo e intrincado a partir de informações muito fragmentárias, é um constituinte fundamental da natureza humana. Nesse caso, acredito que se trata de um constituinte essencial por causa do papel que a linguagem desempenha não só na comunicação, mas também na expressão do pensamento e na interação entre as pessoas; e suponho isso em outros domínios da inteligência humana, em outros domínios da cognição humana e do comportamento, alguma coisa do mesmo tipo deve ser verdade. Bem, essa coleção, essa massa de esquematismos, princípios de organização inatos, que orientam nosso comportamento social, intelectual e individual ao que me refiro ser o conceito de natureza humana. (CHOMSKY, 2006, p. 10)¹⁰.

Chomsky, dessa maneira, demarca que o conceito de natureza humana pode basear-se numa suposição geral, pela observação do comportamento lingüístico. Em princípio, seríamos capazes de especificar a cognição humana em termos de redes neurais, porém, obviamente, essa tarefa é um desafio futuro para a biologia. Fica-nos a pergunta: Afinal, onde se comprovam os mecanismos organizadores inatos da TA(H,L) em termos físicos?

O problema da cientificidade e da metodologia entra em questão, segundo Chomsky, se não há explicação para os fenômenos que se explicam em termos de “força eletromagnética”, ou seja, fenômenos que não se explicam por termos mecânicos, para que a física pudesse caminhar e dar um passo adiante foi necessário que se adotassem “conceitos organizadores”. O mesmo procedimento é adotado por Chomsky ao estabelecer conceitos internalizados (tal como na TA(H,D):

Penso, então, que isso nos coloca a tarefa de continuar e desenvolver esta, chamemo-la, teoria matemática da mente; me refiro a uma teoria abstrata, articulada de maneira precisa, formulada com clareza e com conseqüências empíricas que nos permitam determinar se a teoria é correta ou não, ou se está bem encaminhada

¹⁰ O presente diálogo foi extraído de um encontro entre Chomsky e Michel Foucault, na Holanda, em novembro de 1971, cuja transcrição apareceu recentemente (2006) numa publicação em língua inglesa intitulada *The Chomsky-Foucault debate on human nature* (The New Press, 2006).



ou não e que, por sua vez, tenha as propriedades da ciência matemática, isto é, as propriedades de rigor e precisão, e uma estrutura que nos permita deduzir conclusões à base de suposições etc. (CHOMSKY, 2006, p. 15).

A postura teórica de Chomsky de “antecipação” através de conceitos organizadores, segundo o autor, encontra respaldo na tradição científica. Para Apel (2000), a iniciativa pessoal conta em muito para que possamos entender o viés da análise chomskiana. Apel afirma que Chomsky extrapolou os limites do empirismo lógico, pois seus conceitos teóricos se apresentam em função da teoria como um todo, o que não está, dessa forma, diretamente ligado aos dados da experiência. Apel descreve o empreendimento de Chomsky como um “racionalismo crítico”:

O ‘racionalismo crítico’ vem situar o traço característico da formação teórica clássica da física matemática da Era moderna justamente na formulação de hipóteses elucidativas ‘carregadas de teoria’, que não podem ser confundidas com ‘generalizações de sintomas’ meramente descritivas, mas que ousam supor uma realidade por trás dos assim chamados ‘dados da observação’. Em suma, o ‘racionalismo crítico’ vê o fundamento da ciência não nos dados empíricos e da lógica, em primeiro lugar, mas sim na *formação teórica criativa*, em cujo contexto a lógica e os dados só então se tornam relevantes – e relevantes no sentido de uma formação teórica da física ou da lingüística. (APEL, 2000, p. 304).

Segundo Apel, com essa posição, Chomsky está em certo sentido de acordo com a revolução copernicana de Kant, porém, “além dela”, pois há “até mesmo o reconhecimento da função ‘heurística’, ‘explicativa’ e ‘científico-crítica’ de uma metafísica racionalista em estilo pré-kantiano.”(APEL, 2000, p. 304). A metafísica, dessa maneira, será parte crucial da estratégia metodológica da ciência, cujas formações teóricas devem necessariamente passar pelo crivo do teste empírico, ou seja, precisam ser falsificadas mesmo que de maneira indireta.

Por essa razão, não parece estranho a Chomsky que se suponha a possibilidade de explicação das abstrações em termos físicos, pois “quando tivermos sorte de que um aspecto da realidade possua o caráter de uma dessas estruturas mentais, então possuímos uma ciência.” (CHOMSKY, 2004, p. 148). No mesmo sentido, seria válido conjecturar sobre a natureza humana e sua fundação biológica:



40 Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia da Unesp

A não ser que os seres humanos sejam anjos, fora do mundo biológico, nós podemos ter certeza de que haverá um componente genético relevante em cada aspecto do seu crescimento, desenvolvimento, pensamento e ação. O problema é descobrir qual é e usar este conhecimento para adicionar ao pensamento sobre programas e políticas que afetam a vida humana. (CHOMSKY, 2004. p. 148).

A análise política e social, no entanto, não dispõe do mesmo caráter técnico da lingüística teórica, como vimos, depende de uma análise genérica postulada por meio de um conceito de natureza humana. Porém, se não há uma fundamentação empírica rígida que exponha a natureza humana em si, se esta é uma categoria retirada da análise geral da linguagem como produto do conhecimento, afinal, como no estado atual de nossos conhecimentos científicos podemos conduzir uma investigação de outros problemas humanos? Chomsky propõe para essa questão a chamada análise negativa. Por meio dela poderíamos estipular a “política e os programas sociais”:

Em outro sentido, o estudo das propriedades formais da linguagem revela algo da natureza do homem de uma maneira negativa: sublinha, com grande clareza, os limites de nossa compreensão daquelas qualidades da mente que são, ao que parece, exclusivas do homem e que devem imprimir seu selo em suas realizações culturais de uma maneira íntima, completamente obscura. (CHOMSKY, 1975, p. 556).

Segundo Carlos P. Otero, se para Chomsky não temos uma teoria social científica comparável à envergadura de uma gramática gerativa, obviamente, como vimos, não quer dizer que não tenhamos nada. Se algo pode ser feito negativamente, podemos provar que um conjunto de princípios determinados tornam-se insustentáveis, isso “não justifica diretamente uma filosofia social, porém apóia indiretamente eliminando algumas das alternativas propostas.” (OTERO, 1984, p. 195). Ou seja, não temos o desvelamento filosófico de incompatibilidade entre dois princípios de um sistema, porém, temos a demonstração da plausibilidade de certas teorias.¹¹

Dessa maneira, a escolha de um horizonte político, na opinião de Chomsky, para a sociedade pós-industrial, deve ser aquele que resguarda um conceito de natureza humana válido, tal seria o caso do “liberalismo clássico”:

¹¹ Um caso clássico dessa refutação “negativa” está no polêmico artigo contra Skinner. Cf. Noam Chomsky "A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior" in *Language*, 35, No. 1 (1959), 26-58.



[...] a visão liberal clássica é desenvolvida a partir de um certo conceito de natureza humana, um conceito que enfatiza a importância da diversidade e da ação livre e, portanto, se opõe fundamentalmente ao capitalismo industrial com sua escravidão assalariada, sua alienação do trabalho e seus princípios hierárquicos e autoritários de organização social e econômica, pelo menos em sua forma ideal o pensamento liberal clássico se opõe aos conceitos de individualismo possessivo, intrínsecos à ideologia capitalista. Por esse motivo, procura eliminar os grilhões sociais e substituí-los por laços sociais, e não por cobiça competitiva, individualismo predatório ou, é claro, por impérios corporativos – estatais e privados. Parece-me que o pensamento libertário clássico nos leva diretamente ao socialismo libertário, ou ao anarquismo, se preferirem, quando combinados com uma compreensão do capitalismo industrial. (CHOMSKY, 2005, p. 22).¹²

A lógica da teoria social de Chomsky, fundada sob um conceito de natureza humana, portanto, (re)encontra sua realização na tradição liberal clássica (pré-industrial) e nos seus continuadores libertários (era pós-industrial). A crítica do Estado Moderno leva Chomsky ao modelo anarquista, elaborado sobre a idéia do poder e seus malefícios ao livre desenvolvimento da natureza humana em sua plena potencialidade. Tanto os Estados democráticos capitalistas, quanto os chamados “socialistas” interferem na esfera crucial da natureza humana quando adotam a doutrina do “organismo vazio” como suporte para o uso do poder:

O princípio de que a natureza humana, nos seus aspectos psicológicos, não é mais do que um produto da história e de determinadas relações sociais retira todas as barreiras à imposição e manipulação por parte dos poderosos. Também este fato pode - a meu ver - bastar para a adesão dos ideologistas intelectuais, qualquer que seja sua convicção política. Já pus à discussão a semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento científico laico da natureza dos homens e das coisas. (CHOMSKY, 1976, p. 145).

¹² Cabe ressaltar aqui que o “liberalismo clássico” que Chomsky tem em mente vincula-se, sobretudo, à figura de Wilhelm Von Humboldt, autor de *Os limites da ação do Estado*. Humboldt é considerado por Chomsky como um pré-socialista libertário, pois antecipa diversas críticas ao capitalismo tardio, adotadas mais tarde pelas correntes anarco-sindicalistas.



Chomsky, por meio do “racionalismo crítico”, parte para a constituição da análise política e social, como observamos no trecho acima. Com isso, temos uma teoria social orientada por uma via ‘cientificista’, pautada na tradição da era moderna. Essa tese se revela pelo “pressuposto da separação estrita entre sujeito e objeto do conhecimento – efetivamente imprescindível para todas as ciências naturais.”(APEL, 2000, p. 305). Para Apel “[...] a ruptura da comunicação com a natureza, ou seja, a renúncia à ‘compreensão’ de intenções de sentido, foi o pressuposto assumido pelas ciências naturais da era moderna.”(APEL, 2000, p. 305).

Chomsky, no entanto, insiste em sua reflexão política a despeito dos problemas que possa conter, pois considera que a natureza humana é um aspecto imprescindível da reflexão social. “Estou bem ciente de que tais idéias são consideradas absurdamente ingênuas nos círculos intelectuais atualmente em moda, mas isso é uma outra questão: sobre a moda intelectual – no meu entender, sobre sua patologia.” (CHOMSKY, 2004, p. 149). Talvez possamos arriscar, como faz Robert Barsky¹³, que a possível “fragilidade” de Chomsky consiste no fato notório de que em política ele é um homem de ação.

Referências

- APEL, Karl-Otto. A teoria da Linguagem de Noam Chomsky e a filosofia contemporânea: um estudo de caso epistemológico. In: *A transformação da filosofia: o a priori da comunidade de comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000. v. II.
- BARSKY, Robert F. *Noam Chomsky: a Vida de um Dissidente*. São Paulo: Conrad, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e responsabilidade*. São Paulo: JSN Editora, 2007.
- _____. *On language: Chomsky's classic works. Language and Responsibility and Reflections on Language*. New York: The New Press, 1998.
- _____.; FOUCAULT, Michel. *Debate on human nature*. New York: The New Press, 2006.
- _____. *Lingüística Cartesiana*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- _____. *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- _____. *Government in the future*. New York: Seven Stories Press, 2005.
- _____. *Por Razones de Estado*. Barcelona: Editorial Ariel, 1975 (Coleccion Demos).
- _____. *Reflexões sobre a Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- KIGNT, Chris. (2004). *Decoding Chomsky*. *European Review* 12 (4): 581-603.
- LYONS, J. *As idéias de Chomsky*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- OTERO, Carlos P. *La revolución de Chomsky*. Madrid: Editorial, 1984.

¹³ “Tanto pela palavra, quanto pela ação, ele abraçou o ativismo mais ainda do que antes, e virou as costas, na maior parte das vezes, para as discussões de teoria social” (BARSKY, 2004, p. 256).